



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO
SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EDITAL - Licitação

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 250320PE00036

LICITAÇÃO N°. 00036/2025

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

CRITÉRIO: MENOR PREÇO POR ITEM

LEGISLAÇÃO: LEI 14.133/2021

MODO DE DISPUTA: "ABERTO"

Órgão Realizador do Certame:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO

RUA CREUZA JOSEFA MORATO, 355 - INTERMARES - CABEDELO - PB.

CEP: 58102-380 - E-mail: licitacaocabedelo@yahoo.com.br.

Observação: Os quantitativos do objeto desta licitação estão divididos da seguinte forma:

- **Itens 2 e 3** - reservado à participação exclusiva de Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedores individuais, conforme determina o art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006, com alterações da Lei Complementar nº 147/2014.
- **Item 1 (Cota Principal)** - correspondente a 80% (oitenta por cento) da quantidade total do item, destinados à participação de todos os interessados que atendam aos requisitos deste Edital.
- **Item 4 (Cota Reservada)** - correspondente até 20% (vinte por cento) da quantidade total do item, reservada à participação exclusiva de Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Empresário Individual de responsabilidade limitada, sem prejuízo da sua participação na cota principal, conforme determina o art. 48, inciso III da Lei Complementar nº 123/2006, com alterações da Lei Complementar nº 147/2014.

O Órgão Realizador do Certame acima qualificado, inscrito no CNPJ 09.012.493/0001-54, doravante **denominado simplesmente ORC**, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar através do Pregoeiro, assessorado por sua Equipe de Apoio, sediado no endereço acima, às 09:00 horas do dia 14 de Maio de 2025, por meio do site abaixo indicado, licitação na modalidade Pregão nº 00036/2025, na forma eletrônica, com critério de julgamento menor preço por item, e o fornecimento realizado na forma integral; tudo de acordo com este instrumento e em observância a Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Municipal nº 017, de 29 de Março de 2023; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, almejando obter a melhor proposta para: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, com a finalidade de atender as necessidades da nova sede da Secretaria de Segurança Municipal e Defesa da Cidadania de Cabedelo - PB e da Guarda Metropolitana de Cabedelo.

Data de abertura da sessão pública: 14/05/2025. Horário: 09:00 - horário de Brasília.

Data para início da fase de lances: 14/05/2025. Horário: 09:15 - horário de Brasília.

Local: www.licitacaocabedelo.com.br

1.0 DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, com a finalidade de atender as necessidades da nova sede da Secretaria de Segurança Municipal e Defesa da Cidadania de Cabedelo - PB e da Guarda Metropolitana de Cabedelo.

1.2. As especificações do objeto ora licitado - quantitativo e condições -, encontram-se devidamente detalhadas no correspondente Termo de Referência - Anexo I deste instrumento.

1.3. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.4. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste instrumento e seus anexos quanto às especificações do objeto.

1.5. A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de compra para suprir demanda específica - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, com a finalidade de atender as necessidades da nova sede da Secretaria de Segurança Municipal e Defesa da Cidadania de Cabedelo - PB e da Guarda Metropolitana de Cabedelo -, considerada oportuna e imprescindível,

bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

1.6.Na referida contratação será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos limites previstos da Lei 123/06, consideradas as hipóteses e condições determinadas no Art. 4º, da Lei 14.133/21.

1.7.Todas as referências de tempo neste Edital, no respectivo aviso e durante a sessão pública obedecerão o horário de Brasília - DF.

2.0.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

2.1.Informações ou esclarecimentos sobre esta licitação, serão prestados nos horários normais de expediente: das 08:00 Às 14:00h.

2.2.Qualquer pessoa - cidadão ou licitante - é parte legítima para impugnar o Edital deste certame por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o respectivo pedido, dirigido à Pregoeira, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, exclusivamente, da seguinte forma:

2.2.1.No endereço: www.licitacaocabedelo.com.br.

2.3.A Pregoeira responderá aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação no prazo de até três dias úteis, contado da data de seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração deste Edital e dos seus anexos.

2.4.A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pela Pregoeira, nos autos do processo de licitação.

2.5.Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados na norma vigente.

2.6.As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do ORC e no sistema, dentro do prazo estabelecido no item 2.3, e vincularão os participantes e a Administração.

3.0.DOS ELEMENTOS PARA LICITAÇÃO

3.1.Aos participantes serão fornecidos os seguintes elementos que integram este Edital para todos os fins e efeitos:

3.1.1.ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES;

3.1.2.ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO - de não empregar menor;

3.1.3.ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO - que a proposta compreende a integralidade dos custos;

3.1.4.ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO;

3.1.5.ANEXO V - MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos;

3.1.6.ANEXO VI - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP.

3.2.A obtenção do Edital será feita da seguinte forma:

3.2.1.Pelos endereços eletrônicos:

3.2.1.1.<https://cabedelo.pb.gov.br/portal-da-transparencia/>;

3.2.1.2.www.tce.pb.gov.br;

3.2.1.3.www.licitacaocabedelo.com.br; e

3.2.1.4.www.gov.br/pnccp.

3.3.Salienta-se que é parte integrante do presente instrumento convocatório, na forma de anexo, o correspondente Estudo Técnico Preliminar - ETP, documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução; em atendimento ao requisito de publicidade determinado na norma vigente, que exige a publicação conjunta desses estudos com o respectivo Edital para garantir plena transparência e competitividade.

4.0.DO SUPORTE LEGAL

4.1.Esta licitação reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Municipal nº 017, de 29 de Março de 2023; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; que ficam fazendo partes integrantes deste Edital, independente de transcrição.

5.0.DO PRAZO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1.O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado a partir da assinatura do Contrato:

Entrega: 30 (trinta) dias, após o recebimento da ordem de fornecimento.

5.2.O fornecimento será executado de acordo com as especificações definidas no correspondente Termo de Referência - Anexo I. Na hipótese do referido termo não estabelecer o local para a entrega, observada a demanda e oportunidade, essa será feita na sede do Contratante ou em uma das unidades administrativas, por ele indicada, que compõe a sua estrutura operacional.

5.3.O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: até o final do exercício financeiro de 2025, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

5.4.As despesas decorrentes do objeto deste certame, correrão por conta da seguinte dotação:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 02.150 SECRETARIA DE SEGURANÇA MUNICIPAL E DEFESA DA CIDADANIA - SSMDC
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO 06 181 1018 1020 REAPARELHAR A GUARDA METROPOLITANA DE CABEDELO

06 181 1018 1100 EQUIPAMENTOS PARA GUARDA MUNICIPAL

ELEMENTO/FONTE DE RECURSO 4490.52 99 27063110 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

4490.52 99 27100000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

FONTE DE RECURSO/DISCRIMINAÇÃO TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO

6.0.DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1.A licitação será realizada à distância e em sessão pública, por meio do sistema disponível no endereço eletrônico: www.licitacaocabedelo.com.br.

6.2.Deverão ser observadas as normas e procedimentos estabelecidos pelo provedor do sistema, disponíveis no referido sítio eletrônico para acesso ao sistema e operacionalização.

6.3.Caberá ao licitante interessado em participar deste certame, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão; e comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.4.A participação neste certame é aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - **Cota Principal** - sendo que:

6.4.1.Foi estabelecido o percentual de 20% do objeto desta licitação, quando de natureza divisível, restrito à participação de ME e EPP - **Cota Reservada** - portanto, para o item 4, a participação é exclusiva a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente;

6.4.2.Se o licitante for declarado vencedor de item da Cota Principal e do seu correspondente na Cota Reservada, e havendo divergência entre os preços ofertados, a contratação deverá ocorrer pelo menor dos valores;

6.4.3.O Licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte poderá participar tanto da Cota Reservada quanto da Cota Principal;

6.4.4.O item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, está devidamente identificado com a indicação "ME" na coluna "PE - Participação Exclusiva ME/EPP" do Termo de Referência - Anexo I.

6.5.Não poderão participar os interessados:

6.5.1.Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

6.5.2.Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.5.3.Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

6.5.4.Cujo estatuto ou contrato social não incluir o objeto desta licitação; e

6.5.5.Que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 14º, da Lei 14.133/21.

6.6.O presente Edital não possibilitará a participação das pessoas físicas.

6.7.É vedada a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

6.8.Não será permitida a participação de sociedades cooperativas.

6.9.A participação nesta licitação significa pleno conhecimento de suas instruções, não cabendo, após sua abertura, alegações de desconhecimento de seus itens ou questionamento quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as empresas licitantes deverão ler atentamente o edital e demais documentos anexos.

06.10 - Como condição a habilitação do arrematante, a SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES poderá verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação em licitação ou a contratação com a administração pública, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

06.10.01 - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

06.10.02 - Sistema de Inabilitados e Inidôneos do TCU através do endereço eletrônico <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:17366360178345::NO:3,4,6>

06.10.03 - Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis; e/ou

06.10.04 - No sistema de Certidão Negativa Correcional da CGU-PJ, CEIS CNEP e CEPIM no endereço eletrônico <https://certidores.cgu.gov.br/>

7.0.DO CREDENCIAMENTO

7.1.Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema eletrônico de disputa à distância utilizado pelo ORC, acessando o seguinte endereço eletrônico: www.licitacaocabedelo.com.br.

7.2.Os interessados deverão atender às condições e procedimento constantes do referido site, cujo credenciamento implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

7.3.O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados, diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema eletrônico ou do ORC por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.4.É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no referido sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.5.A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.0.DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

8.1.Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.2.No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, relativamente às declarações necessárias e obrigatórias, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei 14.133/21; tais como:

8.2.1.Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

8.2.2.Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

8.2.3.Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos Incisos III e IV, do Art. 1º e no Inciso III, do Art. 5º da Constituição Federal.

8.2.4.Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas.

8.3.O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º, da Lei 123/06, estando apto a usufruir do tratamento favorecido previsto em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do Art. 4º, da Lei 14.133/21:

8.3.1.No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item; e

8.3.2.Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei 123/06, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.4.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.5.Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.6.Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas finais, após a fase de envio de lances.

8.7.Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

8.7.1.A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

8.7.2.Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem anterior.

8.8.O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

8.9.O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o ORC, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8.10.Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.11.O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8.12.A falsidade de declaração relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 14.133/21, e neste Edital. A Pregoeira poderá promover diligência destinada a esclarecer as informações declaradas.

9.0.DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1.O licitante deverá enviar sua **PROPOSTA** mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, de todos os campos necessários e obrigatórios para o exame de forma objetiva da sua real adequação e exequibilidade, tais como:

9.1.1.Valor unitário do item: expresso em moeda corrente nacional;

9.1.2.Quantidade: conforme fixada no Termo de Referência - Anexo I;

9.1.3.Marca: se for da própria empresa deverá ser informado "própria";

9.1.4.Descrição do objeto: contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência - Anexo I.

9.2.Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

9.3.Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais.

9.4.A quantidade de unidade a ser cotada está fixada no Termo de Referência - Anexo I.

9.5.A indicação de "própria" em campo específico, como por exemplo "marca", para o caso de bens produzidos pela própria empresa, é condição para a não identificação do licitante.

9.6.A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este Edital e seus anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9.7.No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

9.8.O preço ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.9.Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

9.10.Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.11.Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

9.12.As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico e **qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta** correspondente, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.0.DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1.A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública:

10.2.1.Será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

10.2.2.A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

10.2.3.A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.3.O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.4.O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

10.5.Iniciada a fase competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro:

10.5.1.O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

10.6.Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

10.7.O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema:

10.7.1.O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

10.8.Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema:

10.8.1.O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível;

10.8.2.A Pregoeira poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo desse processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema. Eventual exclusão de proposta do licitante implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

10.9.Será adotado para o envio de lances neste certame o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.10.A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.11.A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.12.Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrará-se automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

10.13.Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Pregoeira poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações:

10.13.1.Após o reinício previsto no item acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

10.14.Encerrada a etapa de que trata o subitem anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente.

10.15.Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.16.Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.17.No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.18.Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e

quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.19.Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.20.Em relação ao item não exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45, da Lei 123/06.

10.21.Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até cinco por cento acima da melhor proposta ou do melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.22.A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de cinco minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.23.Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de cinco por cento, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

10.24.No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.25.Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances.

10.26.Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 60, da Lei 14.133/21, nesta ordem:

10.26.1.Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.26.2.Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/21;

10.26.3.Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

10.26.4.Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.27.Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens produzidos por:

10.27.1.Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do ORC;

10.27.2.Empresas brasileiras;

10.27.3.Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.27.4.Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/09.

10.28.Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, a Pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento:

10.28.1.A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

10.28.2.A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

10.28.3.Concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos os licitantes e registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo;

10.28.4.A Pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a sua **proposta atualizada**, adequada ao último lance ofertado e após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;

10.28.5.É facultado à Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente.

10.29.Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no sistema a nova data e horário para a sua continuidade, observado o intervalo mínimo de vinte e quatro horas.

10.30.Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de julgamento da proposta.

11.0.DA FASE DE JULGAMENTO

11.1.Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço final em relação ao estipulado para contratação, conforme definido neste Edital.

11.2.A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio do sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta:

11.2.1.É facultado à Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;

11.2.2.Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam os que contenham as características do produto ofertado, tais como marca, modelo, fabricante e procedência, encaminhados por meio do sistema eletrônico, ou, quando indicado pela Pregoeira, por outro

meio eletrônico, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

11.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:

11.3.1. Contiver vícios insanáveis;

11.3.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência - Anexo I;

11.3.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

11.3.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.3.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.4. É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo ORC; em tal situação, não sendo possível a imediata confirmação, será dada ao licitante a oportunidade de demonstrar a sua exequibilidade, sendo-lhe facultado o prazo de 02 (duas) horas para apresentar, por meio do sistema eletrônico, a documentação que comprove a viabilidade da proposta:

11.4.1. É facultado à Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;

11.4.2. A inexequibilidade, nessa hipótese, só será considerada após diligência da Pregoeira, que comprove:

11.4.2.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

11.4.2.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.4.3. Salienta-se que tais ocorrências não desclassificam automaticamente a proposta, apenas o item correspondente.

11.5. A Pregoeira poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

11.6. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas das propostas. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

11.6.1. Se não houver tempo suficiente para a análise das "Propostas de Preços" e "Documentos de Habilitação" em um único momento em comparação aos requisitos do edital, ou ainda, se os trabalhos não puderem ser concluídos e/ou surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em ata e a continuação dar-se-á em sessão a ser convocada posteriormente.

11.7. Encerrada a fase de julgamento, após verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, a Pregoeira verificará a documentação de habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

12.0. DA HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos previstos neste instrumento, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, conforme as disposições dos Arts. 62 a 70, da Lei 14.133/21.

12.2. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de **HABILITAÇÃO**:

12.3. PESSOA JURÍDICA:

12.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

12.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

12.3.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir. Registro comercial, no caso de empresa individual. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, em se tratando de MEI. Os referidos documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.3.4. Regularidade para com a Fazenda Federal - Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

12.3.5. Certidões negativas das Fazendas Estadual e Municipal da sede do licitante, ou outro equivalente, na forma da lei.

12.3.6. Comprovação de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, apresentando o respectivo Certificado de Regularidade fornecida pela Caixa Econômica Federal.

12.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

12.3.8. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas.

12.3.9. Comprovação de capacidade de desempenho anterior satisfatório, de atividade igual ou assemelhada ao objeto da licitação, feita através de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, art. 67 § 5º da Lei 14.133/2021;

12.3.10. Declaração do licitante atestando que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo

existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme modelo - Anexo II.

12.3.11. Declaração do licitante, sob pena de desclassificação, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo - Anexo III.

12.3.12. Comprovação do cumprimento de requisitos normativos, conforme modelos - Anexo VI:

12.3.12.1. Declaração de ciência dos termos do Edital;

12.3.12.2. Declaração de inexistir fato impeditivo;

12.3.12.3. Declaração de não possuir no quadro societário servidor da ativa do ORC;

12.3.12.4. Declaração de não utilizar trabalho degradante ou forçado;

12.3.12.5. Declaração de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade; e

12.3.12.6. Declaração de observância do limite de contratação com a Administração Pública.

12.3.13. Deverá ser parte integrante desta documentação, sob pena de inabilitação, todo e qualquer documento exigido no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES, seja este para comprovação de Qualificação Técnica ou de outra natureza.

12.4. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação da Pregoeira, prorrogável por igual período, nas seguintes situações:

12.4.1. Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pela Pregoeira; ou

12.4.2. De ofício, a critério da Pregoeira, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

12.5. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor:

12.5.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal constantes deste Edital, somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

12.6. A verificação pela Pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

12.7.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

12.7.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas; e

12.7.3. A diligência deverá ser respondida no prazo de até 01(uma) hora, a contar da solicitação da Pregoeira, no sistema eletrônico, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

12.8. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observados o prazo e os termos definidos neste instrumento para o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado:

12.8.1. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos eventuais procedimentos da Comissão de Contratação, para sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, observadas as disposições deste Edital.

12.9. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, observando-se o seguinte procedimento:

12.9.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, dentre os documentos enumerados neste instrumento para efeito de habilitação, mesmo que esta apresente alguma restrição;

12.9.2. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista quando da comprovação de que trata o subitem anterior, será assegurado prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

12.9.3. Para aplicação do disposto no subitem anterior, o prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação. A prorrogação desse prazo poderá ser concedida, a critério da Pregoeira, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa;

12.9.4. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após o prazo de regularização fiscal e trabalhista de que tratam os dois subitens anteriores;

12.9.5. A não regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 156, da Lei 14.133/21, sendo facultado ao ORC convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação;

12.9.6. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.10. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos, mediante apresentação dos documentos originais não digitais, quando houver alguma dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

12.11.Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos:

12.11.1.Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.12.Os documentos exigidos para fins de habilitação no certame deverão ser organizados na ordem descrita neste instrumento, precedidos por índice correspondente, apresentados em original; ou por cópia autenticada por cartório competente, ou pelo Pregoeiro, ou por membro da Equipe de Apoio ou da Comissão de Contratação; ou publicação em órgão da imprensa oficial. Estando perfeitamente legíveis, sem conter borrões, rasuras, emendas ou entrelinhas e dentro do prazo de validade, considerado o disposto neste Edital. A eventual ausência do referido índice não inabilitará o licitante, sendo que:

12.12.1.A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante os agentes do ORC relacionados no item anterior, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

12.12.2.Quando o documento for obtido via Internet sua autenticidade será comprovada no endereço eletrônico nele indicado;

12.12.3.Poderá ser utilizada, a critério da Pregoeira, a documentação cadastral de fornecedor, constante dos arquivos do ORC, para comprovação da autenticidade de elementos apresentados pelo licitante.

12.13.Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

12.14.Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas dos documentos de habilitação apresentados. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

13.0 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1.A proposta final do licitante declarado vencedor - **proposta atualizada** - deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação da Pregoeira no sistema eletrônico, e deverá:

13.1.1.Ser elaborada em consonância com as especificações constantes deste Edital e seus Anexos, redigida em língua portuguesa e impressa em uma via em papel timbrado do proponente, quando for o caso, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas; datada e assinada pelo licitante ou seu representante legal, com indicação: do valor global da proposta; do prazo de entrega; das condições de pagamento; e da sua validade;

13.1.2.Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

13.1.3.Estar adequada ao último lance ofertado e a negociação realizada, acompanhada, dos documentos complementares eventualmente solicitados, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

13.2.Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais, sendo que, nesse último caso, a indicação em contrário está sujeita a correção, observando-se aos seguintes critérios:

13.2.1.Falta de dígitos: serão acrescidos zeros;

13.2.2.Excesso de dígitos: sendo o primeiro dígito excedente menor que cinco, todo o excesso será suprimido, caso contrário haverá o arredondamento do dígito anterior para mais e os demais excedentes suprimidos.

13.3.Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o preço unitário e o total em algarismos e o valor global da proposta em algarismos e por extenso:

13.3.1.Existindo discrepância entre o preço unitário e total, resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá;

13.3.2.No caso de divergência entre o valor numérico e o expresso por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso;

13.3.3.Fica estabelecido que havendo divergência de preços unitários para um mesmo produto, prevalecerá o de menor valor.

13.4.A proposta obedecerá aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

13.5.A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado.

13.6.No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens; inclusive a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

13.7.A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção ao Contratado:

13.7.1.Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

13.8.As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13.9.0 prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de seu encaminhamento.

14.0.DOS RECURSOS

14.1.A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Art. 165, da Lei 14.133/21.

14.2.Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, que no presente certame será de 30 (trinta) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.

14.3.Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1.A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.3.2.O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

14.4.O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.5.As razões do recurso deverão ser apresentadas, exclusivamente, da seguinte forma:

14.5.1.Em campo próprio do sistema eletrônico.

14.6.O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com a sua manifestação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.7.Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.8.O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.9.O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.10.O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.11.Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no seguinte sítio: www.licitacaocabedelo.com.br.

15.0.DA HOMOLOGAÇÃO

15.1.Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

15.1.1.Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

15.1.2.Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

15.1.3.Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

15.2.4.Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16.0.DO CONTRATO

16.1.Após a homologação pela autoridade superior do ORC, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos da data de recebimento da notificação, e nas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, assinar o respectivo contrato, podendo o mesmo sofrer alterações nos termos definidos pela Lei 14.133/21:

16.1.1.O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração;

16.1.2.A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas:

16.1.2.1.A regra do subitem anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma estabelecida neste dispositivo;

16.1.3.Decorrido o prazo de validade da proposta indicado neste Edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

16.2.Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, ou instrumento hábil, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/21, e em outras legislações aplicáveis.

16.3.Na assinatura do contrato será exigida a comprovação de todas as condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo Contratado durante a vigência do referido contrato.

16.4.O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21; e o fornecimento realizado de forma integral.

16.5.Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão

poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

17.0 DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE

17.1.Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

17.2.Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomado-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.4.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.5.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.6.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.8.O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

17.9.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

18.0 DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1.Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

18.2.Serão designados pelo ORC representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do respectivo contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

19.0 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

19.1.Obrigações do Contratante:

19.1.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis;

19.1.2.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste;

19.1.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais;

19.1.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

19.2.Obrigações do Contratado:

19.2.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

19.2.2.Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, arcando com as despesas decorrentes, no prazo fixado no termo de referência, ou em caso de omissão, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do presente contrato, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento;

19.2.3.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante;

19.2.4.Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo contratação direta por Dispensa de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

19.2.5.Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação;

19.2.6.Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;

19.2.7.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

20.0 DO PAGAMENTO

20.1.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21;

da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do periodo de adimplemento.

20.2.0 desembolso máximo do periodo, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

20.3.Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

20.4.Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

21.0.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

21.1.0 licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a - advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d - impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f - aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

21.2.Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

22.0.DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

22.1.As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste certame ou do termo de ajuste que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

22.2.Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

22.3.É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

22.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

23.0.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1.Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

23.2.Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

23.3.Todas as referências de tempo no Edital, nos seus anexos, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

23.4.A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.5.As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do ORC, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.6.Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o ORC não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.7.Para todos os efeitos, na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no ORC.

23.8.O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.9.O Edital e seus anexos também estão disponibilizados na íntegra no endereço eletrônico: www.licitacaocabedelo.com.br; no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP; Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.10.Para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste certame, excluído qualquer outro, o foro competente é o da Cabedelo, Estado da Paraíba.

Cabedelo - PB, 25 de Abril de 2025.

BÁRBARA RODRIGUES SOARES
ASSESSORA DE PROCESSOS LICITATÓRIOS



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO
SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO I - PREGÃO ELETRÔNICO N° 00036/2025

TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES

1.0. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Trata de procedimento para contratação através de **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo menor preço, modo de disputa aberto, para **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA**, com a finalidade de atender as necessidades da nova sede da Secretaria de Segurança Municipal e Defesa da Cidadania de Cabedelo - PB e da Guarda Metropolitana de Cabedelo, conforme condições e quantidades exigidas, estabelecidas neste instrumento, com especificações e quantitativos abaixo descritos:

expe

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PE
1	COMPUTADOR TIPO DESKTOP COM MONITOR E PERIFÉRICOS, com as seguintes especificações técnicas mínimas: Processador: CPU com desempenho equivalente ou superior ao Intel Core i5, 12ª geração ou superior, com no mínimo 4 núcleos físicos e 8 threads, frequência base mínima de 2.5 GHz, e tecnologia Turbo Boost. Deve possuir compatibilidade com instruções 64 bits e suporte a virtualização. Memória RAM: 16GB DDR4 ou superior, em módulo único ou dois módulos, com suporte a expansão para no mínimo 32GB, compatível com o barramento da placa-mãe. Armazenamento: Unidade de estado sólido (SSD) de no mínimo 512GB, com interface NVMe PCIe 3.0 ou superior, garantindo alta velocidade de leitura e gravação. Placa de Vídeo: Integrada ao processador, compatível com DirectX 12, com suporte à resolução Full HD (1920x1080) e múltiplos monitores. Conectividade: Porta de rede RJ-45 Gigabit Ethernet (10/100/1000 Mbps) integrada à placamãe; No mínimo 4 portas USB 3.0 ou superior; saídas de vídeo HDMI, DisplayPort e VGA, compatíveis com o monitor especificado. Sistema Operacional: Windows 11 Pro ou equivalente, com licença original e garantia de atualização automática via Windows Update. Monitor: Tela LED de no mínimo 24"; Resolução mínima Full HD (1920x1080 pixels); Conectividade compatível com HDMI, DisplayPort e VGA; Suporte ajustável de inclinação. Periféricos: Teclado ABNT2 (padrão brasileiro), com teclas de atalho multimídia e conexão USB; Mouse óptico USB, com resolução mínima de 1000 DPI e design ergonômico para destros e canhotos. Fonte de Alimentação: Bivolt automática (110V/220V), com certificação mínima 80 PLUS Bronze, garantindo eficiência energética e proteção contra surtos elétricos. Estabilizador: Potência compatível com o consumo do computador e monitor, garantindo proteção contra variações de tensão e surtos elétricos. Acessórios Inclusos: 1 cabo de alimentação de energia compatível com a fonte de alimentação. 1 cabo de alimentação compatível com o monitor; 1 cabo DisplayPort para DisplayPort de 2m para conexão de vídeo de alta qualidade; 1 cabo VGA com filtro de conectores machos nas extremidades de 2m; 1 cabo HDMI 2.0 de 2m com suporte a HDR, resolução 4k UltraHD, ponta gold 24k ; Garantia e Assistência Técnica: Garantia mínima de 24 meses (2 anos) on-site, com suporte técnico prestado pelo fabricante ou empresa autorizada, garantindo atendimento no local da instalação em até 48 horas úteis após a solicitação. Condições de Fornecimento: Todos os equipamentos devem ser novos, lacrados de fábrica e com documentação original; os produtos devem possuir certificação de conformidade com normas técnicas vigentes, incluindo homologação pela ANATEL para componentes de rede, se aplicável; O fornecedor deve garantir compatibilidade total entre os componentes fornecidos. Observações: Incluso serviço de entrega no local especificado pelo contratante, sem custos adicionais.	und	16	
2	NOTEBOOK com as seguintes especificações técnicas mínimas: Processador: CPU equivalente ou superior ao Intel Core i5, 12ª geração ou superior, com no mínimo 4 núcleos físicos e 8 threads, frequência base mínima de 2.5 GHz, e tecnologia Turbo Boost. Deve possuir compatibilidade com instruções 64 bits e suporte a virtualização. Memória RAM: 16GB DDR4 ou superior, com suporte a expansão para no mínimo 32GB, garantindo maior capacidade de processamento multitarefa. Armazenamento: SSD de no mínimo 512GB, com interface NVMe PCIe 3.0 ou superior, proporcionando alta velocidade de leitura e gravação. Tela: Mínimo 15,6", com tecnologia LED e antirreflexo para melhor visibilidade em diferentes condições de iluminação; Resolução mínima Full HD (1920x1080 pixels). Conectividade: Wi-Fi 6 (802.11ax) para melhor desempenho em redes sem fio; Bluetooth 5.0 para conexão eficiente com periféricos sem fio; no mínimo 2 portas USB 3.0 ou superior; 1 porta HDMI para conexão com monitores externos e projetores; Entrada para fones de ouvido (P2 - 3,5mm). Bateria: Autonomia mínima de 6 horas de uso contínuo, garantindo mobilidade e	und	4	ME

	produtividade sem necessidade de recarga frequente. Sistema Operacional: Windows 11 Pro ou equivalente, com licença original e garantia de atualização automática. Peso: Máximo de 2kg, garantindo facilidade de transporte e mobilidade. Software Incluso: Microsoft Office 2021, 365 ou superior, devidamente licenciado para utilização plena de ferramentas de produtividade (Word, Excel, PowerPoint, Outlook, etc.). Garantia e Assistência Técnica: Garantia de 12 meses (1 ano) de fábrica, com atendimento técnico autorizado; Assistência técnica com suporte prestado pelo fabricante ou empresa autorizada; Atendimento presencial ou remoto em até 48 horas úteis após a solicitação do usuário. Condições de Fornecimento: O equipamento deve ser novo, lacrado de fábrica e acompanhado de todos os manuais e acessórios originais; O fornecedor deve garantir compatibilidade total entre os componentes fornecidos. Observações: Incluso serviço de entrega no local especificado pelo contratante, sem custos adicionais.		
3	MONITORES SOBRESALENTES com as seguintes especificações técnicas mínimas: Tamanho da Tela: LED de no mínimo 24", garantindo ampla área de visualização para melhor experiência de uso. Resolução: Full HD (1920x1080 pixels), assegurando qualidade de imagem nítida e detalhada. Tecnologia: Antirreflexo, reduzindo impactos de luz ambiente para maior conforto visual; Proteção contra luz azul, minimizando fadiga ocular em longos períodos de uso. Conectividade: 1 porta HDMI 2.0 - compatível com resolução Full HD (1920 x 1080 a 100 Hz TMDS), conforme especificação HDMI 2.0; 1 porta DisplayPort 1.4 (HDCP 1.4) para melhor compatibilidade com computadores modernos; 1 porta VGA (compatível com resolução Full HD (1920 x 1080). Fonte de Alimentação: Bivolt automática (110V/220V), compatível com diferentes padrões elétricos. Ajustes Ergonômicos: Ajuste de altura para maior conforto do usuário; Inclinação, permitindo melhor posicionamento da tela conforme a necessidade; Rotação e giro, possibilitando uso na orientação vertical ou horizontal. Acessórios Inclusos: 1 cabo de alimentação compatível com o monitor; 1 cabo DisplayPort para DisplayPort de 2m para conexão de vídeo de alta qualidade; 1 cabo VGA com filtro de conectores machos nas extremidades de 2m; 1 cabo HDMI 2.0 de 2m com suporte a HDR, resolução 4k UltraHD, ponta gold 24k ; Garantia e Assistência Técnica: Garantia mínima de 24 meses (2 anos) on-site, com suporte técnico prestado pelo fabricante ou empresa autorizada, garantindo atendimento no local da instalação em até 48 horas úteis após a solicitação Condições de Fornecimento: O monitor deve ser novo, lacrado de fábrica, com todos os acessórios e manuais originais; deve ser compatível com o equipamento especificado no Item 01 do Termo de Referência. Observações: Incluso serviço de entrega no local especificado pelo contratante, sem custos adicionais.	und	3 ME
COTA DE 20% RESERVADA A CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTO			
4	COMPUTADOR TIPO DESKTOP COM MONITOR E PERIFÉRICOS, com as seguintes especificações técnicas mínimas: Processador: CPU com desempenho equivalente ou superior ao Intel Core i5, 12ª geração ou superior, com no mínimo 4 núcleos físicos e 8 threads, frequência base mínima de 2.5 GHz, e tecnologia Turbo Boost. Deve possuir compatibilidade com instruções 64 bits e suporte a virtualização. Memória RAM: 16GB DDR4 ou superior, em módulo único ou dois módulos, com suporte a expansão para no mínimo 32GB, compatível com o barramento da placa-mãe. Armazenamento: Unidade de estado sólido (SSD) de no mínimo 512GB, com interface NVMe PCIe 3.0 ou superior, garantindo alta velocidade de leitura e gravação. Placa de Vídeo: Integrada ao processador, compatível com DirectX 12, com suporte à resolução Full HD (1920x1080) e múltiplos monitores. Conectividade: Porta de rede RJ-45 Gigabit Ethernet (10/100/1000 Mbps) integrada à placamãe; No mínimo 4 portas USB 3.0 ou superior; saídas de vídeo HDMI, DisplayPort e VGA, compatíveis com o monitor especificado. Sistema Operacional: Windows 11 Pro ou equivalente, com licença original e garantia de atualização automática via Windows Update. Monitor: Tela LED de no mínimo 24"; Resolução mínima Full HD (1920x1080 pixels); Conectividade compatível com HDMI, DisplayPort e VGA; Suporte ajustável de inclinação. Periféricos: Teclado ABNT2 (padrão brasileiro), com teclas de atalho multimídia e conexão USB; Mouse óptico USB, com resolução mínima de 1000 DPI e design ergonômico para destros e canhotos. Fonte de Alimentação: Bivolt automática (110V/220V), com certificação mínima 80 PLUS Bronze, garantindo eficiência energética e proteção contra surtos elétricos. Estabilizador: Potência compatível com o consumo do computador e monitor, garantindo proteção contra variações de tensão e surtos elétricos. Acessórios Inclusos: 1 cabo de alimentação de energia compatível com a fonte de alimentação. 1 cabo de alimentação compatível com o monitor; 1 cabo DisplayPort para DisplayPort de 2m para conexão de vídeo de alta qualidade; 1 cabo VGA com filtro de conectores machos nas extremidades de 2m; 1 cabo HDMI 2.0 de 2m com suporte a HDR, resolução 4k UltraHD, ponta gold 24k ; Garantia e Assistência Técnica: Garantia mínima de 24 meses (2 anos) on-site, com suporte técnico prestado pelo fabricante ou empresa autorizada, garantindo atendimento no local da instalação em até 48 horas úteis após a solicitação. Condições de Fornecimento: Todos os equipamentos devem ser novos, lacrados de fábrica e com documentação original; os produtos devem possuir certificação de conformidade com normas técnicas vigentes, incluindo homologação pela ANATEL para componentes de rede, se aplicável; O fornecedor deve garantir compatibilidade total entre os componentes fornecidos. Observações: Incluso serviço de entrega no local especificado pelo contratante, sem custos adicionais.	und	4 ME

Para o item com a indicação "ME" a participação é exclusiva a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente.

1.2.JUSTIFICATIVA DOS QUANTITATIVOS

1.2.1.Para atender às demandas da Secretaria de Segurança Municipal e Defesa da Cidadania (SSMDC), justifica-se a necessidade de aquisição de 20 computadores desktops completos, 4 notebooks e 3 monitores sobressalentes, visando garantir a eficiência administrativa e operacional do órgão, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e continuidade dos serviços públicos, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021.

1.2.2.A SSMDC possui uma estrutura organizacional em expansão, exigindo a ampliação da quantidade de equipamentos de informática para assegurar a adequada execução de suas atividades. O quantitativo estimado foi definido com base em estudos técnicos que consideram a demanda de cada setor, o volume de trabalho, a complexidade das operações e a necessidade de mobilidade de determinados servidores. Adicionalmente, com a iminente conclusão e entrega da nova sede, a ampliação dos setores administrativos torna imprescindível a aquisição de novos equipamentos.

1.2.3.A nova sede da SSMDC contará com 37 divisões administrativas, abrangendo assessorias, diretorias, coordenações e núcleos especializados, o que acarreta um aumento significativo na demanda por equipamentos de informática. O prédio será composto por dois blocos de três pavimentos, incorporando novos setores que exigem a aquisição de computadores. Na sede atual, a quantidade de equipamentos disponíveis é insuficiente para atender à demanda crescente, tornando essa ampliação fundamental para garantir a eficiência e a continuidade dos serviços prestados. Os setores que demandam a aquisição incluem:

- Auditório (cabine de áudio e som);
- Sala de reunião;
- Salas para as novas divisões administrativas e assessorias;
- Gabinete do Secretário e Secretário Adjunto;
- Salas de aula;
- Almoxarifado;
- Estande de Tiro;
- Guarita;
- Recepção com controle de acesso.

1.2.4.Atualmente, a SSMDC conta com apenas 14 computadores desktops, 4 notebooks e 5 computadores sobressalentes, número insuficiente para atender à crescente demanda administrativa e à reorganização dos setores na nova sede. A escassez de equipamentos obriga os servidores a revezar o uso dos computadores, comprometendo a produtividade e a eficiência dos trabalhos administrativos. Diante da ampliação dos setores e espaços da nova sede, a aquisição de novos equipamentos é essencial para modernizar os processos internos e assegurar a qualidade dos serviços prestados, atendendo ao interesse público.

1.2.5.Ademais, o município de Cabedelo conta com o sistema digital (1Doc) para tramitação de documentos administrativos, garantindo maior agilidade, transparência e segurança nos processos internos. Esse sistema permite a tramitação eletrônica, o protocolo digital e o acompanhamento em tempo real das demandas, reduzindo a necessidade de papel e otimizando o fluxo de trabalho. Para seu pleno funcionamento, a disponibilidade de computadores é imprescindível, assegurando que os agentes e servidores possam acessar e gerenciar as informações de forma eficiente, promovendo uma gestão pública mais eficaz e aprimorando os serviços prestados à população.

1.2.6.No que se refere ao tipo de equipamentos a serem adquiridos, justifica-se:

• **Computadores Desktops Completos:** destinados às atividades administrativas da secretaria, incluindo planejamento estratégico, gestão de recursos humanos, controle financeiro, atendimento ao público, monitoramento e suporte técnico. Estes computadores serão alocados nos diversos setores que demandam maior poder de processamento e estabilidade para execução de tarefas contínuas.

• **Notebooks:** direcionados a servidores que necessitam de mobilidade, como aqueles que realizam vistorias, auditorias ou participam de reuniões externas e apresentações institucionais. Além disso, garantem continuidade ao trabalho remoto em situações que exijam essa modalidade.

• **Monitores Sobressalentes:** essenciais para ampliar a produtividade em determinados setores, permitindo a utilização de dois monitores simultaneamente para tarefas que exigem múltiplas telas, como análise de imagens, elaboração de documentos extensos e relatórios detalhados.

1.2.7.A presente justificativa fundamenta-se na necessidade de modernização da infraestrutura tecnológica da SSMDC, garantindo a continuidade e a eficiência dos serviços prestados, em conformidade com os princípios da administração pública previstos na Lei nº 14.133/2021.

2.0.DO PRAZO DO CONTRATO

2.1.O prazo de vigência do contrato ou instrumento equivalente será até 31 de dezembro de 2025, contado a partir da data de sua assinatura, conforme o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021 e demais normas legais pertinentes.

2.2.A presente contratação não se enquadra como fornecimento contínuo, mas sim como contrato por escopo, com base no art. 111 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seu objeto consiste na aquisição de equipamentos de informática, cuja execução se exaure com a entrega integral dos

bens, nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

2.3.Por se tratar de contratação por escopo, a vigência contratual não será prorrogada automaticamente, estando sua prorrogação condicionada às hipóteses legais excepcionais previstas no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, como por exemplo, atraso na execução por motivos alheios à vontade das partes, caso fortuito, força maior ou impedimentos decorrentes da Administração, devidamente justificados e formalizados.

2.4.Reforça-se que os bens objeto da contratação são caracterizados como bens comuns, com características e especificações usuais de mercado, e não se enquadram como bens de luxo, conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 17, de 29 de março de 2023.

3.0. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1.A presente contratação fundamenta-se na necessidade de aquisição de equipamentos de informática para atender às exigências operacionais e administrativas da Secretaria de Segurança Municipal e Defesa da Cidadania (SSMDC), garantindo a eficiência, continuidade e aprimoramento dos serviços prestados. A aquisição se alinha aos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade, conforme disposto nos artigos 11, 18 e 19 da Lei nº 14.133/2021.

3.2.A expansão da estrutura organizacional da SSMDC, aliada à mudança para a nova sede, impõe a necessidade de ampliação da infraestrutura tecnológica, a fim de suprir as demandas operacionais das 37 divisões administrativas e garantir condições adequadas de trabalho para os servidores. Atualmente, a insuficiência de equipamentos compromete a execução das atividades, reduzindo a produtividade e prejudicando o atendimento ao público e a gestão interna.

3.3.A contratação também se justifica pela necessidade de modernização dos processos administrativos, em consonância com a estratégia de digitalização e eficiência na gestão pública. O município de Cabedelo adota o sistema eletrônico 1Doc para tramitação documental, o que demanda a disponibilidade de computadores adequados para assegurar a fluidez e segurança dos processos internos. A insuficiência de equipamentos compromete a adoção plena desse sistema, impactando negativamente a eficiência administrativa.

3.4.Dessa forma, a presente contratação visa suprir a necessidade iminente da SSMDC, garantindo que todos os setores disponham dos equipamentos adequados para suas atividades. A aquisição está alinhada ao planejamento estratégico do órgão e ao interesse público, garantindo a melhoria contínua da prestação dos serviços à população. O fornecimento dos equipamentos deverá observar as especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência, bem como as disposições normativas aplicáveis, garantindo qualidade, durabilidade e compatibilidade com as demandas operacionais da secretaria.

4.0. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1.A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

5.2. Requisitos Técnicos

5.2.1.Os equipamentos a serem adquiridos deverão atender aos seguintes requisitos técnicos mínimos:

5.2.2.Computadores de Mesa (Desktops)

- **Processador:** Mínimo Intel Core i5 (12ª geração ou superior)
- **Memória RAM:** Mínimo 16GB DDR4 ou superior
- **Armazenamento:** SSD de no mínimo 512GB
- **Placa de Vídeo:** Integrada compatível com DirectX 12
- **Conectividade:** RJ45, além de portas 4, USB 3.0 e HDMI
- **Sistema Operacional:** Windows 11 Pro ou equivalente, com licença original
- **Monitor:** Tela LED de no mínimo 24", resolução Full HD (1920x1080)
- **Periféricos:** Teclado ABNT2 e mouse óptico USB
- **Fonte de Alimentação:** Bivolt automática com eficiência energética certificada
- **Estabilizador:** Potência compatível com o consumo dos equipamentos

5.2.3.Notebooks

- **Processador:** Mínimo Intel Core i5 (12ª geração ou superior)
- **Memória RAM:** Mínimo 16GB DDR4 ou superior
- **Armazenamento:** SSD de no mínimo 512GB
- **Tela:** Mínimo 15,6" Full HD (1920x1080) com tecnologia antirreflexo
- **Conectividade:** Wi-Fi 6, Bluetooth 5.0, USB 3.0, HDMI e entrada para fones de ouvido
- **Bateria:** Autonomia mínima de 6 horas de uso contínuo
- **Sistema Operacional:** Windows 11 Pro ou equivalente, com licença original
- **Peso:** Máximo de 2kg para facilitar a mobilidade

5.2.4.Monitores Sobressalentes

- **Tamanho:** Mínimo de 24" LED
- **Resolução:** Full HD (1920x1080)
- **Tecnologia:** Antirreflexo e proteção contra luz azul
- **Conectividade:** HDMI e DisplayPort

5.3. Requisitos Legais

5.3.1.Os equipamentos deverão obedecer às seguintes normas e legislações aplicáveis:

- **Lei nº 14.133/2021** - Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, garantindo a legalidade, eficiência e economicidade do procedimento.

- **Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas):**

- NBR 17000: Segurança em TI

- NBR 9050: Acessibilidade em TI
- Normas de eficiência energética e segurança elétrica da ANEEL e INMETRO.
- **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018**, garantindo que os equipamentos sejam compatíveis com requisitos de segurança e privacidade da informação.

5.4. Requisitos Especiais

- A empresa fornecedora deverá possuir CNPJ ativo e comprovar capacidade técnica por meio de atestados de fornecimento de equipamentos similares.
- O prazo de garantia mínima dos equipamentos deverá ser de **1 ano**, incluindo suporte técnico e reposição de peças em caso de defeito de fabricação.
- A contratada deverá fornecer **manual técnico** para a equipe responsável pela instalação e configuração inicial dos equipamentos.
- Os equipamentos deverão ser **novos, sem uso anterior** e com garantia de fábrica.

5.5. Requisitos de Sustentabilidade

5.5.1. Para atender às diretrizes de sustentabilidade e eficiência energética, os equipamentos deverão:

- Possuir **selo de eficiência energética** do INMETRO ou certificação equivalente.
- Utilizar **fontes de alimentação certificadas** com eficiência mínima 80 PLUS Bronze.
- Possuir **recursos de economia de energia**, como desligamento automático do monitor após inatividade e modos de baixo consumo.

5.5.2. Atender a normas de **reciclagem e descarte adequado** de componentes eletrônicos.

6.0. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. Requisitos Técnicos

6.1.1. Características Gerais

6.1.1.1. A solução consiste na aquisição de 20 computadores desktops completos, 4 notebooks e 3 monitores sobressalentes, visando modernizar e ampliar a infraestrutura tecnológica da Secretaria de Segurança Municipal e Defesa da Cidadania (SSMDC). Os equipamentos serão utilizados para otimizar o desempenho das atividades administrativas e operacionais, proporcionando maior eficiência, segurança e agilidade na execução dos serviços públicos.

6.1.1.2. Os computadores desktops e notebooks atenderão a diferentes perfis de uso, contemplando desde atividades administrativas rotineiras até funções que exigem maior capacidade de processamento. Os monitores sobressalentes permitirão a ampliação de produtividade em setores que necessitam de multitarefa e análise de dados em múltiplas telas.

6.1.2. Estrutura e Configuração dos Equipamentos

Computadores Desktops: Equipados com processadores de alto desempenho (mínimo Intel Core i5 de 12ª geração ou equivalente), 16GB de memória RAM, SSD de 512GB, placa de vídeo integrada compatível com DirectX 12, conectividade avançada e sistema operacional Windows 11 Pro licenciado. Serão acompanhados de monitores Full HD de 24" e periféricos padrão ABNT2.

Notebooks: Voltados para servidores que necessitam de mobilidade, contarão com processadores Intel Core i5 (12ª geração ou superior), tela de 15,6" Full HD antirreflexo, autonomia mínima de 6 horas e peso reduzido para facilitar o transporte.

Monitores sobressalentes: Possuirão tela LED de 24" com resolução Full HD, tecnologia antirreflexo e conectividade HDMI e DisplayPort, garantindo maior conforto e produtividade no uso simultâneo de múltiplas telas.

6.2. Requisitos de Segurança e Conformidade

6.2.1. Os equipamentos devem atender às normas de segurança da ABNT, garantindo proteção contra sobrecarga elétrica e compatibilidade com padrões de acessibilidade.

6.2.2. Devem ser compatíveis com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), permitindo a implementação de políticas de segurança da informação e controle de acesso aos dados institucionais.

6.2.3. A certificação de eficiência energética dos equipamentos deverá ser comprovada, assegurando economia no consumo elétrico e menor impacto ambiental.

6.3. Requisitos de Sustentabilidade

6.3.1. Os equipamentos adquiridos devem seguir princípios de sustentabilidade, eficiência energética e redução do impacto ambiental, atendendo às seguintes exigências:

Eficiência Energética: Os computadores e notebooks deverão possuir certificação de eficiência energética do INMETRO ou equivalente, garantindo menor consumo elétrico sem comprometer o desempenho.

Fontes de Alimentação: Deverão ser certificadas com, no mínimo, selo 80 PLUS Bronze, garantindo maior eficiência energética e menor dissipação de calor.

Recursos de Economia de Energia: Os equipamentos deverão contar com funcionalidades como desligamento automático da tela após inatividade e modos de economia de bateria.

Reciclagem e Descarte: Os fornecedores deverão comprovar que os produtos atendem às normas de descarte ambientalmente adequado de componentes eletrônicos, minimizando o impacto ambiental de resíduos tecnológicos.

6.4. Suporte Técnico

6.4.1. A empresa fornecedora deverá entregar os equipamentos prontos para uso, com manual técnico detalhado para orientar a equipe interna quanto ao uso, configurações e boas práticas de manutenção dos equipamentos.

6.5. Garantia e Manutenção

6.5.1. Garantia dos Equipamentos

Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 1 ano contra defeitos de fabricação, incluindo suporte técnico e substituição de peças defeituosas.

6.5.2. O suporte técnico deverá estar disponível em território nacional, garantindo atendimento rápido e eficaz em caso de problemas técnicos.

6.6.Responsabilidades da Contratada

6.6.1.A empresa fornecedora será responsável por substituir qualquer equipamento com defeito durante o período de garantia, sem ônus para a administração pública.

6.6.2.Em caso de necessidade de assistência técnica, a contratada deverá garantir a reposição de peças originais e certificadas pelo fabricante.

6.6.3.A contratada deverá apresentar um plano de suporte técnico e manutenção corretiva, assegurando o pleno funcionamento dos equipamentos adquiridos.

7.0.MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1.O fornecimento deverá ser realizado em parcela única no prazo de até 30 dias após o recebimento da ordem de fornecimento.

7.2.O objeto deverá ser entregue no Prédio da Secretaria de Segurança Municipal e Defesa da Cidadania, localizada Rua Maria Fernandes Viana, s/n, Q-22 AP1 - Prolong. Jd. Atlântico, Camboinha I, Cabedelo-PB - CEP: 58101-380, de segunda à sexta-feira, das 8h às 14h.

8.0.MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1.A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Sr. **Álister Alves Moreira**, o qual será o fiscal do contrato. O fiscal será formalmente designado pela contratante por meio de Portaria e terá a autoridade para assegurar o cumprimento de todos os termos e condições deste contrato. Qualquer modificação na designação do fiscal deverá ser comunicada previamente por escrito às partes contratantes, a fim de garantir a continuidade da eficaz gestão do contrato.

8.2.O contrato será gerido pelo Sr. **Isaias Vieira dos Santos**, que terá a responsabilidade de supervisionar a execução do contrato, mediar eventuais questões contratuais e atuar como o ponto de contato principal entre as partes contratantes. O Gestor será formalmente designado pela contratante por meio de Portaria e terá a autoridade para assegurar o cumprimento de todos os termos e condições deste contrato. Qualquer modificação na designação do Gestor deverá ser comunicada previamente por escrito às partes contratantes, a fim de garantir a continuidade da eficaz gestão do contrato.

8.3.O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.4.O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providênciia que ultrapasse sua competência.

8.5.O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

8.6.O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo fiscal do contrato, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais no prazo de até 15 dias.

8.7.O objeto será recebido definitivamente, pelo fiscal do contrato, com a confirmação do atendimento as exigências contratuais no prazo de 30 dias.

8.8.O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

8.9.O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

8.10.O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do serviço e/ou fornecimento do bem para representá-lo na execução do contrato.

8.11.O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de produtos nela empregados.

8.12.O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

8.13.Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

8.14.A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no § 2º do art. 121 da Lei 14.133/2021.

9.0.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1.O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III- dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

1.1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.2.Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.2.1.A sanção prevista no inciso I do item 8.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.2.2.A sanção prevista no inciso II do item 8.2, calculada na forma do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

9.2.3.A sanção prevista no inciso III do item 8.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de Cabedelo, pelo máximo de 3 (três) anos.

9.2.4.A sanção prevista no inciso IV do item 17.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 7.2.4, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.2.5.A sanção estabelecida no inciso IV do item 8.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.

9.2.6.As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 8.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

9.2.7.Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.2.8.A aplicação das sanções previstas no item 8.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.2.9.Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 8.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.2.10.A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 8.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.0.DA NÃO EXIGÊNCIA DE GARANTIA CONTRATUAL

10.1.Após análise técnica e avaliação do risco envolvido na execução do contrato de aquisição de computadores, a Administração Pública optou por não exigir garantia contratual. Considerando que o objeto do contrato se refere à compra de bens móveis, de valor determinado e sem complexidade significativa, não há necessidade de assegurar a execução do contrato por meio de garantia. Ademais, o prazo de entrega e a qualidade dos produtos serão acompanhados pela equipe de fiscalização, que poderá aplicar as penalidades previstas em caso de inadimplemento das obrigações contratuais. Portanto, a exigência de garantia contratual não se justifica neste caso, em conformidade com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, conforme estabelecido nos artigos 115 a 121 da Lei nº 14.133/2021.

11.0.CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

11.1.O pagamento será efetuado conforme a entrega dos equipamentos, seguindo os critérios abaixo:

11.2.Recebimento do Objeto

11.2.1.Os equipamentos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 30 dias (trinta dias), juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

11.2.2.Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 dias (quinze dias), a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.2.3.O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 dias (trinta dias), contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

11.2.4.O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

11.2.5.No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

11.2.6.O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

11.2.7.O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

11.3.Liquidação

11.3.1.Recebida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do

§2º do art. 7º da Instrução Normativa SegeS/ME nº 77, de 2022.

11.3.2.Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

11.4.Prazo de pagamento

11.4.1.O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SegeS/ME nº 77, de 2022.

11.4.2.No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

11.5.Forma de pagamento

11.5.1.O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.5.2.Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.5.3.O Contratante efetuará o pagamento das faturas, devidamente atestadas, referente a aquisição deste Termo de Referência, em até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da entrada das mesmas no protocolo da Secretaria de Segurança Municipal e Defesa da Cidadania, localizada na Rua Maria Fernandes Viana, s/n, Q-22 AP1 - Prolong. Jd. Atlântico, Camboinha I, Cabedelo-PB - CEP: 58101-380, de segunda-feira à sexta-feira, no horário das 08h00min às 14h00min.

12.0.FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1.A presente contratação será realizada através de licitação na modalidade Pregão na forma eletrônica, com fundamento no inciso XLI, art. 6º c/c inciso I, art. 28 da Lei nº 14.133/2021.

12.2.A seleção do fornecedor será realizada com base no menor valor por item, conforme previsto no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, garantindo que a proposta mais vantajosa para a Administração atenda plenamente às especificações do Termo de Referência. O julgamento será pautado na competitividade e na busca pela economicidade, observando-se as condições de habilitação, requisitos técnicos e legais exigidos para a contratação.

12.3.Para fins de seleção da proposta apta a gerar o melhor resultado e garantir a contratação mais vantajosa para a Administração Pública, considerando todo o ciclo de vida do objeto, a licitação deverá seguir os critérios abaixo:

a) Modalidade: Pregão Eletrônico, pois se trata de aquisição de bens e serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

b) Critério de julgamento: Menor preço por item, garantindo que a entrega dos equipamentos esteja alinhada às necessidades operacionais e de suporte técnico da Administração;

c) Modo de disputa: Aberto, uma vez que se trata de produtos com ampla competitividade, permitindo a apresentação de lances abertos e sucessivos, o que amplia a possibilidade de se alcançar o melhor preço transacional, reduzindo a assimetria da informação entre a Administração Municipal e o mercado.

d) Orçamento não sigiloso: O orçamento não será sigiloso, uma vez que a Administração Pública busca garantir a transparência e a igualdade de condições entre os licitantes, conforme preconizado pela legislação vigente. A divulgação do valor estimado para a contratação visa promover a competitividade e assegurar que todos os licitantes tenham pleno conhecimento das condições do certame, o que contribui para a obtenção de propostas justas e vantajosas para a Administração. O sigilo do orçamento, em determinadas circunstâncias, pode comprometer a concorrência e, consequentemente, a obtenção de melhores condições de preço e qualidade nos serviços ou bens a serem contratados.

12.4. Diante do exposto, a combinação acima é a mais eficiente e adequada para seleção da proposta apta a gerar o resultado da contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto.

12.5. Da qualificação jurídica, fiscal, trabalhista, financeira e técnica necessária para contratação

12.5.1. Para a habilitação regulamentada, o interessado deverá apresentar a documentação a seguir relacionada.

12.5.2. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento.

12.5.3. A contratada deverá apresentar as seguintes declarações:

a) Que sob as penas da Lei, não ultrapassei o limite de faturamento e cumpri os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar, se for o caso;

b) Declaro cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

c) Declaro para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos;

d) Declaro que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação;

e) Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpri plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital;

f) Sob pena de desclassificação, declaro que minhas propostas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

g) Declaro não possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal;

h) Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

12.5.4. As declarações acima mencionadas serão apresentadas conforme determinado no Edital.

12.5.5. Relativa habilitação jurídica

12.5.5.1. Pessoa Jurídica

a) As participantes, em se tratando de Sociedades Comerciais, deverão apresentar devidamente registrados no Órgão de Registro do Comércio local de sua sede os respectivos Contratos Sociais e todas as suas alterações subsequentes ou o respectivo instrumento de Consolidação Contratual em vigor, com as posteriores alterações, se houver;

b) As participantes, em se tratando de Sociedades Civis, deverão apresentar os seus respectivos Atos Constitutivos e todas as alterações subsequentes em vigor, devidamente inscritos no Cartório de Registro Civil, acompanhados de prova da diretoria em exercício;

c) As participantes, em se tratando de Sociedades por Ações, deverão apresentar as publicações nos Diários Oficiais dos seus respectivos Estatutos Sociais em vigor, acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores.

d) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

e) Para as sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

12.5.6. Relativos à regularidade fiscal, social e trabalhista

12.5.6.1. Pessoa Jurídica

a) Inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual

c) Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, relativos aos Tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito Federal quanto no âmbito da procuradoria da Fazenda Nacional (Certidão Unificada, conforme portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF nº 443, de 17 de outubro de 2014), assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada, assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS: Certidão de Regularidade de Situação - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 10 de maio de 1943.

12.5.7. Relativos à capacidade econômico-financeira

12.5.7.1. Pessoa Jurídica

a) Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante; caso reste declarado que ficam

excluídos os processos no âmbito do processo judicial eletrônico-PJE, a licitante necessariamente também precisa apresentar a certidão de distribuição PJE falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial.

12.5.8.Relativos à capacidade técnica;

12.5.8.1.Pessoa jurídica

a) Pelo menos um atestado de Capacidade Técnica da Licitante, emitido por entidade da Administração Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, e/ou empresa privada que comprove, de maneira satisfatória aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação.

12.5.9.Justificativa da vedação da participação de consórcio

12.5.9.1.A vedação à participação de empresas interessadas que se apresentem constituída sob forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações para fornecimento comum, perfeitamente pertinente e compatível para empresas atuantes do ramo licitado, é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica-operacional e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais.

12.5.9.2.Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei nº 14.133/2021, que em seu artigo 15 que atribui à Administração a prerrogativa de não permitir a participação de consórcios em licitações por elas promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

Ressalte-se que a nossa decisão com relação à vedação à participação de consórcio é considerando que se trata de um fornecimento comum e de baixa complexidade técnica e financeira, levando-se em conta que existem várias empresas que sozinhas podem executar o objeto da licitação ampliando a competitividade, proporcionando assim a seleção de uma proposta mais vantajosa para Administração.

13.0.ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13.1.0 preço estimado da contratação baseia-se na pesquisa de preços executada pela SECOL-Compras, por meio do Memorando eletrônico 14.617/2025.

13.2.A memória de cálculo ou os documentos que justificaram o orçamento seguem anexo ao Termo de Referência.

14.0.DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1.Da dotação orçamentária: As despesas referentes à contratação são oriundas dos seguintes recursos:

UNIDADE: SECRETARIA DE SEGURANÇA MUNICIPAL E DEFESA DA CIDADANIA
15001000 - Recursos Livres (Ordinário)
17100000 - Transferências especiais dos Estados - Emendas
17000000- Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União

15.0.DO REAJUSTAMENTO

15.1.Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data do orçamento estimado.

15.2.O valor do contrato será fixo e irreajustável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite do orçamento estimado, pela variação do IPCA.

15.3.A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1º (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data da apresentação da proposta e de acordo com a vigência do contrato.

15.4.Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.

15.5.Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 124, Inciso II, Alínea d, da Lei 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

15.6.O reequilíbrio econômico deverá ser precedido de pesquisa de preços prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis que assegurem o levantamento adequado das condições de mercado, envolvendo todos os elementos produtos para fins de guardar a justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

16.0.DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

16.1.Sem prejuízo das obrigações constantes na Lei nº 14.133/2021 caberá, à **Contratada**:

a) A responsabilidade por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e civis, decorrentes da execução do presente objeto;

b) A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros,

decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

c) Manter constante e permanente vigilância sobre o fornecimento, cabendo-lhe a responsabilidade por quaisquer danos ou perdas que os mesmos venham a sofrer, obrigando-se até a entrega final, como fiel depositária dos mesmos;

d) Fornecer os objetos rigorosamente de acordo com as especificações constantes neste termo de referência, obedecidos aos critérios predeterminados;

e) O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

f) Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

16.2. Prerrogativas da contratante

16.2.1. O regime jurídico que rege este termo confere ao Município as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei 14.133/2021, as quais são reconhecidas pela contratada.

16.2.2. A contratante obriga-se a:

- a) Exercer a fiscalização dos serviços contratos;
- b) Facilitar, por todos os meios, o exercício das funções da contratada, dando-lhe acesso às suas instalações quando necessário, promovendo o bom entendimento entre seus servidores e os empregados da contratada e cumprindo suas obrigações estabelecidas no Contrato;
- c) Prestar aos colaboradores da contratada informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza dos serviços contratados.

17.0. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. A Contratada reconhece o direito do Município de Cabedelo-PB de paralisar a qualquer tempo ou suspender o fornecimento/Serviços, mediante o pagamento único e exclusivo dos produtos já entregues ou dos serviços prestados.

17.2. A Contratada assumirá integral responsabilidade pelos danos causados ao Município de Cabedelo-PB ou a terceiros, quando da execução do Contrato, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições, isentando o Município de Cabedelo-PB de todas e quaisquer reclamações pertinentes.

17.3. A Contratada deverá, durante a execução contratual, manter as condições de habilitação apresentadas na licitação.

17.4. Sob o pílio do art. 92, § 1º, da Lei 14.133/2021, fica eleito o foro da Comarca de Cabedelo- PB, como competente, para dirimir dúvida.

RICARDO DIAS DE MENEZES HERÉDIA

Responsável Técnico - Matrícula 05.528-0

Núcleo de Gestão e Planejamento Estratégica Secretaria de Segurança Municipal e Defesa da Cidadania

ANEXOS



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO

VALOR DE REFERÊNCIA: **Pesquisa de mercado**

1.0 DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da respectiva solicitação: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.

2.0 DA PESQUISA DE MERCADO

2.1. Nos termos da norma vigente o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

2.2. Na pretensa contratação o valor estimado foi definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada: composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP; contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de um ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente; utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso; e pesquisa direta com no mínimo três fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de seis meses de antecedência da data de divulgação do edital:

2.2.1. Salienta-se que os fornecedores consultados quando da pesquisa direta realizada, foram escolhidos aleatoriamente dentre os regularmente cadastrados no âmbito desta Administração considerando, além do ramo de atividade pertinente ao objeto da pretensa contratação, o seu desempenho positivo relativamente a contratações já realizadas; sem prejuízo da escolha de outros fornecedores, também de forma aleatória, feita através de consultas a endereços eletrônicos de entidades públicas que realizaram com êxito contrações semelhantes.

2.3. Com base nos custos para execução do objeto da contratação, definidos por meio de parâmetros de aferição do melhor preço na forma estabelecida no Art. 23, § 1º, da Lei 14.133/21, adotados de maneira combinada, relacionamos abaixo a média dos preços encontrados.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	P.UNITÁRIO	P. TOTAL
1	COMPUTADOR TIPO DESKTOP COM MONITOR E PERIFÉRICOS, com as seguintes especificações técnicas mínimas: Processador: CPU com desempenho equivalente ou superior ao Intel Core i5, 12ª geração ou superior, com no mínimo 4 núcleos físicos e 8 threads, frequência base mínima de 2.5 GHz, e tecnologia Turbo Boost. Deve possuir compatibilidade com instruções 64 bits e suporte a virtualização. Memória RAM: 16GB DDR4 ou superior, em módulo único ou dois módulos, com suporte a expansão para no mínimo 32GB, compatível com o barramento da placa-mãe. Armazenamento: Unidade de estado sólido (SSD) de no mínimo 512GB, com interface NVMe PCIe 3.0 ou superior, garantindo alta velocidade de leitura e gravação. Placa de Video: Integrada ao processador, compatível com DirectX 12, com suporte à resolução Full HD (1920x1080) e múltiplos monitores. Conectividade: Porta de rede RJ-45 Gigabit Ethernet (10/100/1000 Mbps) integrada à placamãe; No mínimo 4 portas USB 3.0 ou superior; saídas de vídeo HDMI, DisplayPort e VGA, compatíveis com o monitor especificado. Sistema Operacional: Windows 11 Pro ou equivalente, com licença original e garantia de atualização automática via Windows Update. Monitor: Tela LED de no mínimo 24"; Resolução mínima Full HD (1920x1080 pixels); Conectividade compatível com HDMI, DisplayPort e VGA; Suporte ajustável de inclinação. Periféricos: Teclado ABNT2 (padrão brasileiro), com teclas de atalho multimídia e conexão USB; Mouse óptico USB, com resolução mínima de 1000 DPI e design ergonômico para destros e canhotos. Fonte de Alimentação: Bivolt automática (110V/220V), com certificação mínima 80 PLUS Bronze, garantindo eficiência	und	20	5.370,83	107.416,60

	energética e proteção contra surtos elétricos. Estabilizador: Potência compatível com o consumo do computador e monitor, garantindo proteção contra variações de tensão e surtos elétricos. Acessórios Inclusos: 1 cabo de alimentação de energia compatível com a fonte de alimentação. 1 cabo de alimentação compatível com o monitor; 1 cabo DisplayPort para DisplayPort de 2m para conexão de vídeo de alta qualidade; 1 cabo VGA com filtro de conectores machos nas extremidades de 2m; 1 cabo HDMI 2.0 de 2m com suporte a HDR, resolução 4k UltraHD, ponta gold 24k ; Garantia e Assistência Técnica: Garantia mínima de 24 meses (2 anos) on-site, com suporte técnico prestado pelo fabricante ou empresa autorizada, garantindo atendimento no local da instalação em até 48 horas úteis após a solicitação. Condições de Fornecimento: Todos os equipamentos devem ser novos, lacrados de fábrica e com documentação original; os produtos devem possuir certificação de conformidade com normas técnicas vigentes, incluindo homologação pela ANATEL para componentes de rede, se aplicável; O fornecedor deve garantir compatibilidade total entre os componentes fornecidos. Observações: Incluso serviço de entrega no local especificado pelo contratante, sem custos adicionais.			
2	NOTEBOOK com as seguintes especificações técnicas mínimas: Processador: CPU equivalente ou superior ao Intel Core i5, 12ª geração ou superior, com no mínimo 4 núcleos físicos e 8 threads, frequência base mínima de 2.5 GHz, e tecnologia Turbo Boost. Deve possuir compatibilidade com instruções 64 bits e suporte a virtualização. Memória RAM: 16GB DDR4 ou superior, com suporte a expansão para no mínimo 32GB, garantindo maior capacidade de processamento multitarefa. Armazenamento: SSD de no mínimo 512GB, com interface NVMe PCIe 3.0 ou superior, proporcionando alta velocidade de leitura e gravação. Tela: Mínimo 15,6", com tecnologia LED e antirreflexo para melhor visibilidade em diferentes condições de iluminação; Resolução mínima Full HD (1920x1080 pixels). Conectividade: Wi-Fi 6 (802.11ax) para melhor desempenho em redes sem fio; Bluetooth 5.0 para conexão eficiente com periféricos sem fio; no mínimo 2 portas USB 3.0 ou superior; 1 porta HDMI para conexão com monitores externos e projetores; Entrada para fones de ouvido (P2 - 3,5mm). Bateria: Autonomia mínima de 6 horas de uso contínuo, garantindo mobilidade e produtividade sem necessidade de recarga frequente. Sistema Operacional: Windows 11 Pro ou equivalente, com licença original e garantia de atualização automática. Peso: Máximo de 2kg, garantindo facilidade de transporte e mobilidade. Software Incluso: Microsoft Office 2021, 365 ou superior, devidamente licenciado para utilização plena de ferramentas de produtividade (Word, Excel, PowerPoint, Outlook, etc.). Garantia e Assistência Técnica: Garantia de 12 meses (1 ano) de fábrica, com atendimento técnico autorizado; Assistência técnica com suporte prestado pelo fabricante ou empresa autorizada; Atendimento presencial ou remoto em até 48 horas úteis após a solicitação do usuário. Condições de Fornecimento: O equipamento deve ser novo, lacrado de fábrica e acompanhado de todos os manuais e acessórios originais; O fornecedor deve garantir compatibilidade total entre os componentes fornecidos. Observações: Incluso serviço de entrega no local especificado pelo contratante, sem custos adicionais.	und	4	5.363,83
3	MONITORES SOBRESALENTES com as seguintes especificações técnicas mínimas: Tamanho da Tela: LED de no mínimo 24", garantindo ampla área de visualização para melhor experiência de uso. Resolução: Full HD (1920x1080 pixels), assegurando qualidade de imagem nítida e detalhada. Tecnologia: Antirreflexo, reduzindo impactos de luz ambiente para maior conforto visual; Proteção contra luz azul, minimizando fadiga ocular em longos períodos de uso. Conectividade: 1 porta HDMI 2.0 - compatível com resolução Full HD (1920 x 1080 a 100 Hz TMDS), conforme especificação HDMI 2.0; 1 porta DisplayPort 1.4 (HDCP 1.4) para	und	3	1.058,00

<p>melhor compatibilidade com computadores modernos; 1 porta VGA (compatível com resolução Full HD (1920 x 1080). Fonte de Alimentação: Bivolt automática (110V/220V), compatível com diferentes padrões elétricos. Ajustes Ergonômicos: Ajuste de altura para maior conforto do usuário; Inclinação, permitindo melhor posicionamento da tela conforme a necessidade; Rotação e giro, possibilitando uso na orientação vertical ou horizontal. Acessórios Inclusos: 1 cabo de alimentação compatível com o monitor; 1 cabo DisplayPort para DisplayPort de 2m para conexão de vídeo de alta qualidade; 1 cabo VGA com filtro de conectores machos nas extremidades de 2m; 1 cabo HDMI 2.0 de 2m com suporte a HDR, resolução 4k UltraHD, ponta gold 24k ; Garantia e Assistência Técnica: Garantia mínima de 24 meses (2 anos) on-site, com suporte técnico prestado pelo fabricante ou empresa autorizada, garantindo atendimento no local da instalação em até 48 horas úteis após a solicitação Condições de Fornecimento: O monitor deve ser novo, lacrado de fábrica, com todos os acessórios e manuais originais; deve ser compatível com o equipamento especificado no Item 01 do Termo de Referência. Observações: Incluso serviço de entrega no local especificado pelo contratante, sem custos adicionais.</p>				
				Total 132.045,92

3.0 DO VALOR

3.1.O valor total é equivalente a R\$ 132.045,92.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO
SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO 01 AO TERMO DE REFERÊNCIA - PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO N° 00036/2025

PROPOSTA

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO N° 00036/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO - PB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, com a finalidade de atender as necessidades da nova sede da Secretaria de Segurança Municipal e Defesa da Cidadania de Cabedelo - PB e da Guarda Metropolitana de Cabedelo.

PROPONENTE:

CNPJ:

Prezados Senhores,

Nos termos da licitação em epígrafe, apresentamos proposta conforme abaixo:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	MARCA/MODELO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	COMPUTADOR TIPO DESKTOP COM MONITOR E PERIFÉRICOS, com as seguintes especificações técnicas mínimas: Processador: CPU com desempenho equivalente ou superior ao Intel Core i5, 12ª geração ou superior, com no mínimo 4 núcleos físicos e 8 threads, frequência base mínima de 2.5 GHz, e tecnologia Turbo Boost. Deve possuir compatibilidade com instruções 64 bits e suporte a virtualização. Memória RAM: 16GB DDR4 ou superior, em módulo único ou dois módulos, com suporte a expansão para no mínimo 32GB, compatível com o barramento da placa-mãe. Armazenamento: Unidade de estado sólido (SSD) de no mínimo 512GB, com interface NVMe PCIe 3.0 ou superior, garantindo alta velocidade de leitura e gravação. Placa de Video: Integrada ao processador, compatível com DirectX 12, com suporte à resolução Full HD (1920x1080) e múltiplos monitores. Conectividade: Porta de rede RJ-45 Gigabit Ethernet (10/100/1000 Mbps) integrada à placamãe; No mínimo 4 portas USB 3.0 ou superior; saídas de vídeo HDMI, DisplayPort e VGA, compatíveis com o monitor especificado. Sistema Operacional: Windows 11 Pro ou equivalente, com licença original e garantia de atualização automática via Windows Update. Monitor: Tela LED de no mínimo 24"; Resolução mínima Full HD (1920x1080 pixels); Conectividade compatível com HDMI, DisplayPort e VGA; Suporte ajustável de inclinação. Periféricos: Teclado ABNT2 (padrão brasileiro), com teclas de atalho multimídia e conexão USB; Mouse óptico USB, com resolução mínima de 1000 DPI e design ergonômico para destros e canhotos. Fonte de Alimentação: Bivolt automática (110V/220V), com certificação mínima 80 PLUS Bronze, garantindo eficiência energética e proteção contra surtos elétricos. Estabilizador:		und	16		

	Potência compatível com o consumo do computador e monitor, garantindo proteção contra variações de tensão e surtos elétricos. Acessórios Inclusos: 1 cabo de alimentação de energia compatível com a fonte de alimentação. 1 cabo de alimentação compatível com o monitor; 1 cabo DisplayPort para DisplayPort de 2m para conexão de vídeo de alta qualidade; 1 cabo VGA com filtro de conectores machos nas extremidades de 2m; 1 cabo HDMI 2.0 de 2m com suporte a HDR, resolução 4k UltraHD, ponta gold 24k ; Garantia e Assistência Técnica: Garantia mínima de 24 meses (2 anos) on-site, com suporte técnico prestado pelo fabricante ou empresa autorizada, garantindo atendimento no local da instalação em até 48 horas úteis após a solicitação. Condições de Fornecimento: Todos os equipamentos devem ser novos, lacrados de fábrica e com documentação original; os produtos devem possuir certificação de conformidade com normas técnicas vigentes, incluindo homologação pela ANATEL para componentes de rede, se aplicável; O fornecedor deve garantir compatibilidade total entre os componentes fornecidos. Observações: Incluso serviço de entrega no local especificado pelo contratante, sem custos adicionais.			
2	NOTEBOOK com as seguintes especificações técnicas mínimas: Processador: CPU equivalente ou superior ao Intel Core i5, 12ª geração ou superior, com no mínimo 4 núcleos físicos e 8 threads, frequência base mínima de 2.5 GHz, e tecnologia Turbo Boost. Deve possuir compatibilidade com instruções 64 bits e suporte a virtualização. Memória RAM: 16GB DDR4 ou superior, com suporte a expansão para no mínimo 32GB, garantindo maior capacidade de processamento multitarefa. Armazenamento: SSD de no mínimo 512GB, com interface NVMe PCIe 3.0 ou superior, proporcionando alta velocidade de leitura e gravação. Tela: Mínimo 15,6", com tecnologia LED e antirreflexo para melhor visibilidade em diferentes condições de iluminação; Resolução mínima Full HD (1920x1080 pixels). Conectividade: Wi-Fi 6 (802.11ax) para melhor desempenho em redes sem fio; Bluetooth 5.0 para conexão eficiente com periféricos sem fio; no mínimo 2 portas USB 3.0 ou superior; 1 porta HDMI para conexão com monitores externos e projetores; Entrada para fones de ouvido (P2 - 3,5mm). Bateria: Autonomia mínima de 6 horas de uso contínuo, garantindo mobilidade e produtividade sem necessidade de recarga frequente. Sistema Operacional: Windows 11 Pro ou equivalente, com licença original e garantia de atualização automática. Peso: Máximo de 2kg, garantindo facilidade de transporte e mobilidade. Software Incluso: Microsoft Office 2021, 365 ou superior, devidamente licenciado para utilização plena de ferramentas de produtividade (Word, Excel, PowerPoint, Outlook, etc.). Garantia e Assistência Técnica: Garantia de 12 meses (1 ano) de fábrica, com atendimento técnico autorizado; Assistência técnica com suporte prestado pelo fabricante ou empresa autorizada; Atendimento presencial ou remoto em até 48 horas úteis após a solicitação do usuário. Condições de Fornecimento: O equipamento deve ser novo, lacrado de fábrica e acompanhado de todos os	und	4	

	manuais e acessórios originais; O fornecedor deve garantir compatibilidade total entre os componentes fornecidos. Observações: Incluso serviço de entrega no local especificado pelo contratante, sem custos adicionais.			
3	MONITORES SOBRESALENTE com as seguintes especificações técnicas mínimas: Tamanho da Tela: LED de no mínimo 24", garantindo ampla área de visualização para melhor experiência de uso. Resolução: Full HD (1920x1080 pixels), assegurando qualidade de imagem nítida e detalhada. Tecnologia: Antirreflexo, reduzindo impactos de luz ambiente para maior conforto visual; Proteção contra luz azul, minimizando fadiga ocular em longos períodos de uso. Conectividade: 1 porta HDMI 2.0 - compatível com resolução Full HD (1920 x 1080 a 100 Hz TMDS), conforme especificação HDMI 2.0; 1 porta DisplayPort 1.4 (HDCP 1.4) para melhor compatibilidade com computadores modernos; 1 porta VGA (compatível com resolução Full HD (1920 x 1080). Fonte de Alimentação: Bivolt automática (110V/220V), compatível com diferentes padrões elétricos. Ajustes Ergonômicos: Ajuste de altura para maior conforto do usuário; Inclinação, permitindo melhor posicionamento da tela conforme a necessidade; Rotação e giro, possibilitando uso na orientação vertical ou horizontal. Acessórios Inclusos: 1 cabo de alimentação compatível com o monitor; 1 cabo DisplayPort para DisplayPort de 2m para conexão de vídeo de alta qualidade; 1 cabo VGA com filtro de conectores machos nas extremidades de 2m; 1 cabo HDMI 2.0 de 2m com suporte a HDR, resolução 4k UltraHD, ponta gold 24k ; Garantia e Assistência Técnica: Garantia mínima de 24 meses (2 anos) on-site, com suporte técnico prestado pelo fabricante ou empresa autorizada, garantindo atendimento no local da instalação em até 48 horas úteis após a solicitação Condições de Fornecimento: O monitor deve ser novo, lacrado de fábrica, com todos os acessórios e manuais originais; deve ser compatível com o equipamento especificado no Item 01 do Termo de Referência. Observações: Incluso serviço de entrega no local especificado pelo contratante, sem custos adicionais.	und	3	

Etc.

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - R\$

PRAZO DE ENTREGA:

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

VALIDADE DESTA PROPOSTA:

Dados bancários do proponente para fins de pagamento:

Banco:

Conta:

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA

Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a proposta deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO
SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO II - PREGÃO ELETRÔNICO N° 00036/2025

MODELO DE DECLARAÇÃO - de não empregar menor

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO N° 00036/2025
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO - PB.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de não empregar menor.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente; em acatamento às disposições do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO
SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO III - PREGÃO ELETRÔNICO N° 00036/2025

MODELO DE DECLARAÇÃO - que a proposta comprehende a integralidade dos custos

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO N° 00036/2025
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO - PB.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO que a proposta econômica comprehende a integralidade dos custos.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que sua proposta econômica comprehende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO
SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO IV - PREGÃO ELETRÔNICO N° 00036/2025

MINUTA DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 00036/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 250320PE00036

CONTRATO N°: / ...

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO E, PARA FORNECIMENTO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de Cabedelo - Rua Benedito Soares da Silva, 131 - Monte Castelo - Cabedelo - PB, CNPJ n° 09.012.493/0001-54, neste ato representada pelo Secretario de Segurança Municipal Isaías Vieira dos Santos, Brasileiro, Casado, residente e domiciliado na Rua Capitão Eumenes Gonçalves Martins, 92 - Ap 301 Resid Bela Praia - Intermares - Cabedelo - PB, CPF n° 031.615.464-40, Carteira de Identidade n° 001688458 SESBS/RN, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado - - - ..., CNPJ n°, neste ato representado por residente e domiciliado na, - - -, CPF n°, Carteira de Identidade n°, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:

Este contrato decorre da licitação modalidade Pregão Eletrônico n° 00036/2025, processada nos termos da Lei Federal n° 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar n° 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Municipal n° 017, de 29 de Março de 2023; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato, aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e Disposições de Direito Privado em atenção ao art. 89 da Lei n° 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada ..., tem por objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, com a finalidade de atender as necessidades da nova sede da Secretaria de Segurança Municipal e Defesa da Cidadania de Cabedelo - PB e da Guarda Metropolitana de Cabedelo, conforme ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES, do instrumento convocatório.

O fornecimento deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de licitação modalidade Pregão Eletrônico n° 00036/2025 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e será realizado na forma integral.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$... (...).

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE:

Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 02.150 SECRETARIA DE SEGURANÇA MUNICIPAL E DEFESA DA CIDADANIA - SSMDC
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO 06 181 1018 1020 REAPARELHAR A GUARDA METROPOLITANA DE CABEDELO
06 181 1018 1100 EQUIPAMENTOS PARA GUARDA MUNICIPAL
ELEMENTO/FONTE DE RECURSO 4490.52 99 27063110 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
4490.52 99 27100000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTE DE RECURSO/DISCRIMINAÇÃO TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO
TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DOS ESTADOS

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA:

O prazo máximo de entrega do objeto ora contratado, que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da assinatura do Contrato:

a - Entrega: 30 (trinta) dias, após o recebimento da ordem de fornecimento.

A vigência do presente contrato será determinada: até o final do exercício financeiro de 2025, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

a - Efetuar o pagamento relativo ao fornecimento efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para o fiel fornecimento contratado;

c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade de produto fornecido, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;

d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição;

e - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

a - Executar devidamente o fornecimento descrito na cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;

d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;

e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;

g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

h - Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;

i - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21;

j - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificam vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

k - Além das obrigações elencadas acima, a contratada deverá assumir todas e quaisquer responsabilidades prevista no termo de referência.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:

O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a - advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d - impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f - aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

- a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.
- c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.
- d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- e - O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- f - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- g - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- h - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- i - Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- j - Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.
- k - O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO:

- a - O Gestor e Fiscal do presente contrato serão indicados pela Secretaria demandante, através de Portaria publicada no Diário Oficial do Município;
- b - As obrigações do Gestor e Fiscal do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência e seu respectivo adendo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Cabedelo.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Cabedelo - PB, ... de de

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

.....

PELO CONTRATADO

.....



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO
SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO V - PREGÃO ELETRÔNICO N° 00036/2025

MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO N° 00036/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO - PB.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de ciência dos termos do Edital.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

2.0 - DECLARAÇÃO de inexistir fato impeditivo.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que inexiste até a presente data fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação na presente licitação, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores.

3.0 - DECLARAÇÃO de não possuir no quadro societário servidor da ativa do órgão.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro societário e de funcionários, qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregado da Prefeitura Municipal de Cabedelo, como também em nenhum outro órgão ou entidade a ela vinculada, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias.

4.0 - DECLARAÇÃO de não utilizar trabalho degradante ou forçado.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que não possui em sua cadeia produtiva, nos termos do Art. 1º, Incisos III e IV, e do Art. 5º, Inciso III, da Constituição Federal, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

5.0 - DECLARAÇÃO de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente do cumprimento da reserva de cargo prevista na norma vigente, consoante Art. 93, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionário da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas.

6.0 - DECLARAÇÃO de observância do limite de contratação com a Administração Pública.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que, na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no presente ano-calendário, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP, nos termos do Art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei 14.133/21.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.